Processo nº 3536703.415.00020442/2026-06

CONTRATO Nº 106/2026

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Município de Pederneiras/SP e a empresa Advanced Database & IT Sistemas de Informação, adotando-se o regime da Lei nº 14.133/2021.

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços, as partes abaixo assinadas, de um lado o **MUNICÍPIO DE PEDERNEIRAS**, entidade jurídica de direito público interno, com sede à Rua Siqueira Campos, nº S-64, Centro, CEP 17280-065, inscrito no CNPJ sob nº 4xxxxxxxxx9, neste ato representado pelo Prefeito Municipal (em exercício) **JONILCE PRANAS**, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 6.xxxxxxxxxP e inscrito no CPF/MF sob nº 6xxxxxxxxx4, residente e domiciliado nesta cidade de Pederneiras/SP, aqui denominado simplesmente Contratante, e, de outro lado, a empresa **ADVANCED DATABASE & IT SISTEMAS DE INFORMACAO**,com sede à Rua Piauí, nº 193, Sala 504, Santa Maria Goretti, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob nº 0xxxxxxxxxx80, representada neste ato por seu Diretor-Presidente, o senhor **MARCIO LUIS MIORELLI**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador do RG nº 1031766908-SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob nº 425.664.790-20, residente e domiciliado na Rua Coronel Feijó, nº 1012, Apto 202, São João, na cidade de Porto Alegre/RS, aqui denominada simplesmente Contratada, têm entre si justo e contratado o que segue:

DOS DOCUMENTOS

Cláusula primeira. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de contratação direta, inclusive a proposta apresentada pela Contratada, cujo teor é de pleno conhecimento das partes.

DO OBJETO

Cláusula segunda. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de gestão e monitoramento do servidor SQL Server, conforme indicações contidas na proposta e no Anexo 1 - Termo de Referência deste processo.

2.1 - Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução do objeto, com o fornecimento da mão-de-obra necessária, encargos sociais, hospedagem, equipamentos, veículos, transporte, translado, ferramentas, seguros, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

2.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecidono art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Cláusula terceira. O objeto será executado de acordo com as condições contidas no processo em epígrafe e na proposta apresentada pela Contratada, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei nº 14.133/2021.

3.1 - Os elementos sob a responsabilidade da Contratada são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem falhas deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao Contratante.

3.2 - A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo Contratante.

3.3 - A Contratada só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial a regular execução do objeto se, após análise do Contratante, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à Contratada o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados.

3.4 - A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução do objeto e não eximirá a Contratada das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

3.5 - A Contratada deverá respeitar integralmente as demais indicações estabelecidas no Anexo 1 - Termo de Referência deste processo.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula quarta. O Contratante exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto contratado, a qualquer hora, por meio de funcionário(s) especialmente designado(s) para tal função, nomeado(s) através de ato próprio pelo setor requisitante, nos moldes do disposto no Decreto Municipal nº 5.762/2025.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do Contratante:
5.1 - Permitir, aos empregados da Contratada, acesso às suas dependências para execução dos serviços, desde que devidamente identificados;
5.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à execução dos serviços que venham a ser solicitados pela Contratada, incluindo o fornecimento de toda a documentação pertinente;
5.3 - Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato;
5.4 - Assegurar-se da boa prestação dos serviços e verificar sempre seu bom desempenho;
5.5 - Publicar o extrato do contrato e de seus aditivos;
5.6 - Designar gestor operacional para acompanhamento deste contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades da Contratada, além das previstas no Anexo 1 – Termo de Referência:
6.1 - Executar o objeto nas condições estabelecidas neste contrato e seus anexos;
6.2 - Refazer imediatamente, por sua conta, o que não for aceito pela fiscalização;
6.3 - Cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes ao objeto contratual, incluindo as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de fiscalização e controle, além das normas atinentes à segurança, higiene e medicina de trabalho;
6.4 - Facilitar todas as atividades de fiscalização realizadas pelo Contratante, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
6.5 - Respeitar os prazos contratuais previstos neste contrato;
6.6 - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia anuência, por escrito, do Contratante;
6.7 - Comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução dos decorrentes da realização do objeto, causados ao Contratante ou a terceiros;
6.8 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo e na legislação pertinente.
6.9 - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

DO CRÉDITO

Cláusula sétima. Os recursos orçamentários para o presente contrato são os previstos na ficha nº 131 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, do 02.05.00 – Secretaria Municipal de Administração

DO PAGAMENTO

Cláusula oitava. O Contratante pagará à Contratada, pela realização integral dos serviços ora ajustados, a importância total de R$ 12.088,44 (doze mil, oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), divididos em 12 (doze) parcelas mensais e iguais de R$ 1.007,37 (mil e sete reais e trinta e sete centavos).
8.1 - Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados da data da emissão das notas fiscais, devidamente atestadas pela fiscalização do Contratante. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas e entregues à Prefeitura Municipal no último dia útil do mês referente aos serviços prestados, para que o pagamento ocorra na data acima aprazada.
8.1.1 - Do valor acima serão efetuadas as retenções de ISS, INSS e IR, na forma da legislação vigente.
8.1.2 - Quando da realização do primeiro pagamento, a Contratada deverá apresentar, **caso seja necessário**, cópias dos registros em CTPS de todo o pessoal contratado.
8.1.3 - Por ocasião da apresentação das notas fiscais/faturas ao Contratante, a Contratada deverá juntar, **caso seja necessário**, cópias das provas de recolhimento do INSS e do FGTS, bem como a Folha de Pagamento com os comprovantes de crédito em favor de todo o pessoal alocado nos serviços.

8.2 - Quando da emissão das correspondentes notas fiscais ou faturas, deverão ser observadas as regras contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023 e no Decreto Municipal nº 5.328/2023, inclusive quanto ao correto destaque do valor do imposto de renda a ser retido. Pessoas jurídicas imunes, isentas ou optantes pelo SIMPLES NACIONAL/MEI, não estão sujeitas à retenção de imposto de renda. Para isso, deverão comprovar com declaração tal condição.
8.3 - Não haverá antecipação de pagamento para a execução do objeto deste ajuste, para efeito do artigo 145, da Lei nº 14.133/2021.
8.4 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0{,}00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cláusula nona. Mediante expresso pedido da Contratada, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IPC-Fipe, observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano a partir da data da proposta.
9.1 - Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela Contratada antes:
a) do advento da data base referente ao reajuste subsequente;
b) da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;
c) do encerramento do contrato.
9.2 - O prazo previsto no *caput* somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da Contratada, da documentação que comprove a origem do novo preço.
9.3 - Os valores também poderão ser repactuados quando necessário para estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata ou do contrato dela decorrente, tal como pactuado.
9.4 - A Contratada deverá apresentar requerimento ao Contratante, durante a vigência do contrato, acompanhado de prova inequívoca da variação de preços dos bens ou serviços registrados.
9.5 - A repactuação retroagirá a partir da data do protocolo do requerimento, quando autorizado.
9.6 - Os valores também poderão ser alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços ora ajustados.
9.7 - Na hipótese do parágrafo anterior, a alteração dos preços retroagirá à data em que entrou em vigência a norma que criou, alterou ou extinguiu os tributos ou encargos legais.
9.8 - O Contratante informará o resultado da análise do pedido de repactuação ou de revisão do equilíbrio econômico-financeiro dos preços no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contado do protocolo do pedido.
9.9 - Conforme Orientação Normativa nº 16, expedida pela Procuradoria Geral do Município de Pederneiras/SP, os pedidos de equilíbrio econômico-financeiro devem ser apreciados de acordo com as seguintes premissas:
a) Consideram-se eventos ou fatos supervenientes, para fins de configuração das hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro, aqueles que ocorrem após a formulação da proposta;
b) Não se considera evento ou fato superveniente o aumento de preços constatado após a formulação da proposta, mas que decorre de evento anterior a ela e que poderia ter sido previsto;
c) A existência de matérias jornalísticas antecipando o aumento de preços obsta a caracterização das hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, salvo quando a intensidade do desequilíbrio não pôde, ao tempo da formulação da proposta, ser precisada;
d) Só se admite o reequilíbrio econômico-financeiro em razão de fatos anteriores à formulação da proposta quando, à época, dele não se conhecia nem poderia se conhecer (teoria da sujeição imprevista).
e) Em regra, o aumento de preços que permite o reequilíbrio econômico-financeiro é aquele que afeta o mercado em sua integralidade;

f) O aumento de custos do contratado, quando não afetado o mercado, só justificará o reequilíbrio econômico-financeiro quando o contratado comprovar a impossibilidade de contornar esse aumento de custos;
g) O reequilíbrio econômico-financeiro só deve retroagir à data do requerimento se comprovada a elevação dos custos em relação aos serviços executados e aos produtos fornecidos ao tempo da sua formalização.

DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula décima. Comete infração administrativa a Contratada que, no decorrer da contratação:
10.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
10.2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
10.3 - Dar causa à inexecução total do contrato;
10.4 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
10.5 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
10.6 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
10.7 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
10.8 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do acordo;
10.9 - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do acordo;
10.10 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
10.11 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
10.12 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.13 - A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nesta cláusula ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Pederneiras/SP pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 3 (três) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar/contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
10.14 - Nos casos de atraso na execução de serviço ou na entrega de produtos a Contratada estará sujeita a multa de mora, de 1% (um por cento) ao dia de atraso até o limite de 30% do valor do contrato ou de qualquer outro documento que faça suas vezes, conforme o caso.
10.15 - A multa moratória não se confunde com a multa sancionatória nem exclui o direito da Administração à indenização por perdas e danos.
10.16 - Considerar-se-á inadimplemento absoluto a mora superior a 30 (trinta) dias, e, no trigésimo primeiro dia, instaurar-se-á processo administrativo para rescisão do contrato.
10.17 - A mora inferior a 30 (trinta) dias poderá caracterizar inadimplemento absoluto, a depender das circunstâncias do caso concreto e a critério da Administração, observado o interesse público.
10.18 - Estará sujeita à sanção de advertência a Contratada que der causa à inexecução parcial do contrato, desde que a conduta não justifique imposição de sanção mais grave.
10.19 - Para aplicação de sanção mais grave, considerar-se-ão circunstâncias agravantes, sem prejuízo daquelas identificadas no caso concreto:
a) O inadimplemento por mais de 15 (quinze) dias; e
b) O inadimplemento em relação a parte maior que a metade do objeto.
10.20 - A sanção de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no caput desta cláusula, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação ou do valor do contrato ou de qualquer outro documento que faça suas vezes, conforme o caso.
10.21 - A sanção de multa será de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, do contrato ou do documento que faça suas vezes, conforme o caso, quando aplicada em conjunto com a sanção de advertência.
b) 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação, do valor do contrato ou do documento similar, conforme o caso, por infração a quaisquer das cláusulas do Edital ou do Contrato, incluindo os casos de inexecução parcial e entrega ou execução do objeto fora do prazo.
c) 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) quando caracterizadas as infrações previstas nos itens 10.3 e 10.12 do caput desta cláusula, e nas hipóteses de rescisão do Contrato por culpa da contratada..

10.22 - As multas serão recolhidas em favor do Município de Pederneiras/SP, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.
10.23 - Estará sujeita à sanção de impedimento de licitar e contratar perante o Município de Pederneiras/SP a Contratada que incorrer nas infrações definidas nos itens 10.2 a 10.7 desta cláusula.
10.24 - Estará sujeita à sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar a Contratada que incorrer nas infrações definidas nos itens 10.8 a 10.12, desta cláusula.
10.25 - A aplicação de qualquer das sanções previstas se realizará em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no Título IV, Capítulo I, da NLLC, nos termos do Decreto Municipal nº 5.630, de 19 de março de 2025.
10.26 - Havendo dúvida sobre a dimensão, qualidade ou quantidade da execução do objeto poderá ser suspenso o pagamento relativo à parte controversa, inclusive se integral.
10.27 - Aplicada a multa, o respectivo valor será descontado de quaisquer pagamentos devidos à Contratada no âmbito deste Município, ainda que relativos a contratações diversas.
10.28 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada administrativa e judicialmente.
10.29 - Caso inexistente crédito junto à Administração Municipal, as multas serão recolhidas em favor do Município de Pederneiras/SP, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.30 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
10.31 - As demais disposições atinentes às infrações e sanções administrativas e ao procedimento para apuração e aplicação delas estão previstas no Decreto Municipal nº 5.630, de 19 de março de 2025, de cujo conhecimento a Contratada não pode se escusar, e que está disponível para leitura no link https://leismunicipais.com.br/prefeitura/sp/pederneiras.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima primeira. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:
a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
11.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
f) atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
g) atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
h) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

11.2 - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
11.3 - O descumprimento, por parte da Contratada, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao Contratante o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.
11.4 - A extinção por ato unilateral do Contratante sujeitará a Contratada à multa rescisória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.
11.5 - Caso o valor do prejuízo do Contratante advindo da extinção contratual por culpa da Contratada exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.
11.6 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no processo.

DOS PRAZOS

Cláusula décima segunda. Este contrato terá os seguintes prazos:
12.1 - de vigência: 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante aditivo, se houver interesse das partes; e
12.2 - de execução: 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste instrumento.
Parágrafo único. Outros prazos eventualmente relacionados à execução do objeto estarão previstos nos autos.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula décima terceira. O presente contrato é firmado com fundamento no disposto no artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, está vinculado à recém-mencionada lei, ao Decreto Municipal nº 5.762/2025, à proposta da Contratada e será regido pelas disposições expressas nesta lei e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.
13.1 - Declaram as partes expresso consentimento de que serão coletados, tratados e compartilhados os dados necessários ao cumprimento do contrato, nos termos do Art. 7º, inc. V da LGPD, seja os dados necessários para cumprimento de obrigações legais, nos termos do Art. 7º, inc. II da LGPD, bem como os dados, se necessários para proteção ao crédito, conforme autorizado pelo Art. 7º, inc. V da LGPD, sendo que outros dados poderão ser coletados, mediante termo de consentimento específico.

DA MATRIZ DE RISCO

Cláusula décima quarta. A Contratada deverá arcar com os seguintes riscos habitualmente inerentes à atividade econômica ou empresarial por ela realizada, observadas as seguintes diretrizes:
14.1 - O Município de Pederneiras não responderá, em hipótese nenhuma, por eventual inadimplência da contratada com fornecedores por ela contratados. Caso tal situação de inadimplência ocorra, a contratada pode ser penalizada com advertência ou multa por infração à cláusula contratual.
14.2 - O Município de Pederneiras não responderá, em hipótese nenhuma, por despesas decorrentes de eventuais ações trabalhistas ajuizadas durante ou posteriormente a conclusão dos serviços, podendo a contratada ser penalizada com advertência ou multa por infração à cláusula contratual caso o Município seja acionado judicialmente para a cobrança dessas verbas.

DA ASSINATURA

Cláusula décima quinta. As partes reconhecem expressamente a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste instrumento, de seus anexos formados em meio digital, e concordam em utilizar e reconhecem como manifestação válida de anuência a sua assinatura em formato eletrônico e/ou por meio de certificados eletrônicos, desde que emitidos pela ICP-Brasil nos termos do art. 10, parágrafo segundo da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

DO FORO

Cláusula décima sexta. Fica eleito o Fórum desta Comarca de Pederneiras/SP, para dirimir divergências ou causas oriundas do presente contrato. A parte que transgredir o presente contrato, deixando de cumpri-lo, responderá perante a outra por perdas e danos que forem apurados em liquidação. Se houver Procedimento

Judicial, a parte faltosa, ainda responderá pelo pagamento de custas e honorários do advogado contratado pela parte fiel.

E por estarem de pleno acordo com o disposto nas cláusulas deste contrato, assinam-no, junto com as testemunhas abaixo que a tudo assistiram para que surta seus devidos efeitos jurídicos.

Pederneiras/SP, 17 de setembro de 2026.

MARCIO LUIS MIORELLI
ADVANCED DATABASE & IT SISTEMAS

JONILCE PRANAS
PREFEITO (EM EXERCÍCIO)

DIÓGENES DE MAGALHÃES
Fiscal do Contrato

Testemunhas:

CENDY BIAZUZO RAMOS
CPF nº 3xxxxxxxxxx

SAMANTHA SEABRA
CPF nº 3xxxxxxxxxx2

ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 3536703.415.00020442/2026-06 - Contrato nº 106/2026

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Objeto do Pedido:

Contratação de empresa especializada em Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados – Microsoft SQL Server para realizar a gestão e monitoramento do servidor SQL Server.

1.2 Prazo de vigência:

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

1.3 Possibilidade de Prorrogação de Prazo:

O contrato poderá ser prorrogado, desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Necessidade de contratação:

A contratação de uma empresa especializada na gestão e no monitoramento do Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Microsoft SQL Server justifica-se pela necessidade de assegurar alta disponibilidade, desempenho, integridade e segurança contínua dos dados institucionais da Prefeitura Municipal de Pederneiras. A complexidade técnica envolvida na administração de um banco de dados relacional exige parametrização avançada, rotinas automatizadas de backup, planos de recuperação de desastres e rápida resposta a incidentes cibersegurança ou lentidões. Como o município conta com demandas operacionais críticas e não dispõe de corpo técnico interno dedicado exclusivamente à administração de banco de dados (DBA Specialist), o suporte especializado previne a interrupção dos serviços públicos digitais e a perda de informações sensíveis de cidadãos e servidores, alinhando-se às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e da Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

2.2 Adequação:

A contratação atende plenamente à necessidade da Prefeitura Municipal de Pederneiras por assegurar a continuidade operacional e a eficiência na gestão pública por meio da entrega de capacidade técnica altamente especializada. Esse modelo de apoio externo supre de forma imediata a falta de equipe própria dedicada à administração de bancos de dados, oferecendo monitoramento contínuo, prevenção de falhas e rápida solução de incidentes no ecossistema SQL Server. Além de evitar paralisações nos sistemas administrativos e no atendimento à população, a prestação desse serviço especializado garante o alinhamento do município com as boas práticas de governança de TI, proteção de dados e exigências fiscais, representando uma solução eficiente, econômica e de rápida implementação para manter a infraestrutura tecnológica municipal segura e estável.

2.3 Proporcionalidade:

A contratação de empresa especializada em gestão de SQL Server otimiza o uso dos recursos públicos da Prefeitura Municipal de Pederneiras, sendo economicamente mais vantajosa do que a formação ou expansão de uma equipe técnica interna exclusiva. A atuação preventiva e o monitoramento contínuo evitam paralisações nos sistemas municipais, eliminando prejuízos financeiros e operacionais decorrentes de indisponibilidades ou perdas de dados vitais. Além da redução de custos operacionais diretos, o órgão passa a contar com suporte de alta qualidade, tecnologia atualizada e total segurança da informação, assegurando a máxima eficiência dos serviços prestados ao cidadão e a perfeita conformidade legal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação funcionará mediante a prestação contínua de serviços técnicos especializados em administração de banco de dados (DBA), sem vínculo empregatício e sob regime de execução indireta, com acompanhamento e fiscalização por servidores designados pela Prefeitura Municipal de Pederneiras. A descrição da solução abrange o fornecimento de suporte técnico preventivo, corretivo e evolutivo no

ambiente Microsoft SQL Server, atuando no monitoramento 24/7 de desempenho, integridade e capacidade do servidor. O serviço contempla a parametrização e otimização de consultas (tuning), rotinas automatizadas de backup e restauração, aplicação de atualizações de segurança, planos de recuperação de desastres e atendimento ágil a incidentes que causem lentidão ou indisponibilidade, assegurando o funcionamento contínuo, seguro e estável dos sistemas municipais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Escopo e Especificações do Ambiente Tecnológico:

- **Ambiente físico e lógico:**

Servidor Físico		
Servidor SGPM		
Sistema Operacional: WS2012 Standard		
SGBD SQL-Server 2008R2		
Processadores: 1- E5-2665 2.40GHz		
Memória: 128Gb Registrada		
Discos RAID1 + RAID1		
2x 300GB SAS + 2x 1.2TB SAS		
Distribuição Lógica dos Discos		
DISCO LOCAL	C:\ 199GB	Sistema Operacional
LUNSQL	D:\ 1,49TB	41 Bases de Dados SQL-Server
LUNSQLBKP	G:\ 2,99TB	Backup Full e Diferencial
LUNSQLLOG	L:\ 499GB	Logs dasBases de Dados SQL-Server
ARQS	F:\ 1,09TB	Arquivos diversos
ARQS2	I:\ 1,09TB	Arquivos diversos

- **Solução e Ferramental Exigido:**
- Ferramenta de acesso ao monitoramento de forma on-line via internet com dados e relatórios de serviços/indicadores atualizados, com os devidos acessos.

- **Níveis de Serviço (SLA) Exigidos para Abertura de Chamados:**
  Aplicar o acordo de nível de serviço (SLA - Service Level Agreement) descrito abaixo para utilizado na abertura dos Chamados:

Nível SLA	Descrição	Atendimento	Solução	Exemplo de problemas
0	O problema ou defeito ocasionado afeta o ambiente impedindo que o trabalho prossiga. Chamados de SLA-0 indicam um impacto crítico no negócio e são tratados como uma situação de emergência. É necessário haver a mesma disponibilidade das áreas envolvidas na solução dos problemas enquadrados nesta modalidade.	**Imediato**	**Até 2 horas**	Indisponibilidade das bases de dados de produção Erro crítico na infraestrutura que suporta as aplicações com alto impacto ao usuário final e sem contorno possível
1	O problema ou defeito ocasionado afeta de forma relativa uma parte importante do ambiente. Nenhum contorno está disponível; mas, as operações continuam de forma	**Até 02 horas**	**Até 8 horas**	Erro em aplicações que não causem a parada do ambiente. Alguns sistemas indisponíveis; performance

	restrita.			extremamente baixa.
2	O problema ou defeito ocasionado possui pequeno impacto ao ambiente em curto prazo.	**Até 12 horas Horário Comercial**	**Até 24 horas Horário Comercial**	Indisponibilidade dos ambientes de homologação. Erro em rotinas de carga de bases de dados em homologação. Alteração de packages, procedures, funções, tabelas, índices e views no ambiente de produção para correção de erro das aplicações
3	Não existem problemas ou defeitos no ambiente. Este nível de SLA contempla as alterações de manutenções evolutivas nos ambientes de produção.	**Até 16 horas Horário Comercial**	**Até 32 horas Horário Comercial**	Alteração de objetos, tabelas e índices referente a área de aplicações administradas pela área no ambiente de produção Criação de novas estruturas de produção, owner de aplicações, databases.
4	Não existem problemas ou defeitos no ambiente. Este nível de SLA contempla as atividades de auxílio ao desenvolvimento, dúvidas, criação e manutenção de procedimentos de administração e suporte do ambiente.	**24 horas Horário Comercial**	**48 horas Horário Comercial**	Suporte à área de desenvolvimento Tuning de aplicações e procedimentos. Tarefas rotineiras de administração de banco de dados.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- **Forma de Prestação dos Serviços:** As atividades poderão ser realizadas de forma remota aos servidores de banco de dados por meio de link dedicado ou via internet (VPN, Terminal Services/TS ou SSH), prioritariamente em horário comercial e com o acompanhamento da área técnica da Prefeitura.
- **Gerenciamento de Armazenamento:** Monitoramento do espaço das bases no banco de dados, crescimento de objetos e capacidade.
- **Gerenciamento de Privilégios de Acesso (LGPD):** Controle de usuários/grupos com definição de privilégios adequados, gestão de senhas expiradas e identificação de tentativas de acesso por robô.
- **Gerenciamento de Chamados:** Controle e feedback dos chamados abertos pelo cliente conforme SLA, além de abertura, acompanhamento e feedback de chamados junto ao fabricante do banco de dados (utilizando a conta de suporte do cliente).
- **Gerenciamento de Ambientes:** Manutenção de objetos (criação, alteração, remoção) mediante discussão prévia de necessidade e impacto com o cliente; exportação de dados; gerenciamento de filas de Jobs; e atualização de bases existentes com dados de produção (limitado a uma a cada 3 meses).
- **Gerenciamento de Performance:** Análise e otimização de parâmetros; identificação e otimização de consultas SQL com desempenho insatisfatório (limitado a duas consultas ao mês);

gerenciamento de contenção interna (limitado a dois serviços de tuning de aplicação ao mês); coleta de estatísticas; reconstrução de objetos; e análise/indicação de alteração de tipos de tabelas (particionamento de dados, nested tables, etc.).

- **Segurança de Dados:** Elaboração da política de backup e recovery; realização de testes de recovery (limitado a um a cada 6 meses); recuperação do banco de dados em caso de falhas; e gerenciamento das execuções do processo de backup.
- **Gerenciamento de Software:** Aplicação de patches de correção e atualização, além do tratamento e gerenciamento de erros internos do banco de dados.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A fiscalização dos serviços ficará a cargo do senhor Diógenes de Magalhães, que fará a conferência do serviço prestado em conformidade com o disposto neste Termo de Referência e na proposta da Contratada.

Compete ao fiscal acompanhar a execução dos serviços de gestão e monitoramento do servidor SQL, verificando o cumprimento das obrigações contratuais e solicitando as devidas correções sempre que constatadas irregularidades. Cabe-lhe, ainda, emitir o atesto para fins de pagamento e registrar todas as ocorrências em relatório próprio, garantindo a adequada fiscalização e transparência na execução contratual.

Aplicam-se, no que couber, o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 5.762/2025. Nos termos do Decreto nº 5.609/2025, que institui o sistema Sei/Cidades no Município de Pederneiras, os requerimentos e outras comunicações formuladas por fornecedores devem ser apresentadas através de processo geral, através do peticionamento eletrônico do sistema mencionado. O cadastro no sistema pode ser realizado através do link https://cidades.sei.sp.gov.br/validar_cadastro/acesso?cidade=pederneiras.

MARCIO LUIS MIORELLI
ADVANCED DATABASE & IT SISTEMAS

JONILCE PRANAS
PREFEITO (EM EXERCÍCIO)

DIÓGENES DE MAGALHÃES
Fiscal do Contrato

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Município de Pederneiras
CONTRATADA: Advanced Database & IT Sistemas de Informação
CONTRATO Nº 106/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada em Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados – Microsoft SQL Server para realizar a gestão e monitoramento do servidor SQL Server.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:
a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

Damo-nos por NOTIFICADOS para:
a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Pederneiras/SP, 17 de setembro de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO, RESPONSÁVEL PELA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO, ORDENADOR DE DESPESAS E RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA POR PARTE DO CONTRATANTE:
Nome: Jonilce Pranas
Cargo: Prefeito (em exercício)
CPF: 6xxxxxxxxxx4
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O AJUSTE PELA CONTRATADA:
Nome: Marcio Luis Miorelli
Cargo: Diretor-Presidente
CPF: 4xxxxxxxxxx0
Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:
Nome: Diógenes de Magalhães
Cargo: Sup. Serv. Adm. e Tecnologia da Informação
CPF: 1xxxxxxxxxx0
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELO PROCESSO LICITATÓRIO:
Nome: Cendy Biazuzo Ramos
Cargo: Secretário Municipal de Compras e Licitações
CPF: 3xxxxxxxxxx9